

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu **Caderno de Provas**, caso haja item(ns) que avalie(m) **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Sentimos a dor, mas não a ausência da dor; sentimos a inquietação, mas não a ausência da inquietação; o temor, mas não a segurança. Sentimos o desejo e o anelo, como sentimos a fome e a sede; mas, uma vez satisfeitos, tudo acaba, assim como o bocado que, uma vez engolido, deixa de existir para a nossa sensação. Enquanto possuímos os três maiores bens da vida, saúde, mocidade e liberdade, não temos consciência deles, e só os apreciamos depois de os havermos perdido, porque esses também são bens negativos. Só notamos os dias felizes da nossa vida passada depois de darem lugar aos dias de tristeza. À medida que os nossos prazeres aumentam, tornam-nos cada vez mais insensíveis; o hábito já não é um prazer. Por isso mesmo, a nossa faculdade de sofrer é mais viva; todo hábito suprimido causa um sentimento doloroso. As horas correm tanto mais rápidas quanto mais agradáveis são, tanto mais demoradas quanto mais tristes, porque o gozo não é positivo, diferentemente da dor, cuja presença se faz sentir. O aborrecimento dá-nos a noção do tempo; a distração tira-a. Não se poderia absolutamente imaginar uma grande e viva alegria se esta não sucedesse a uma grande miséria, porque nada há que possa atingir um estado de alegria serena e durável; o mais que se consegue fazer é distrair, satisfazer a vaidade. É por este motivo que todos os poetas são obrigados a colocar os seus heróis em situações cheias de ansiedades e de tormentos, a fim de os livrarem delas: drama e poesia épica só nos mostram homens que lutam, que sofrem mil torturas, e cada romance oferece-nos em espetáculo os espasmos e as convulsões do pobre coração humano. Voltaire, o feliz Voltaire, que tão favorecido foi pela natureza, pensa como eu, quando diz: “A felicidade não passa de um sonho; só a dor é real”. E acrescenta: “Há oitenta anos que o experimento; não sei fazer outra coisa senão resignar-me e dizer a mim mesmo que as moscas nasceram para serem comidas pelas aranhas, e os homens, para serem devorados pelos pesares”.

Arthur Schopenhauer. **Dores do mundo**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro – Coleção Universidade (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, referentes às ideias e a aspectos linguísticos do texto precedente.

- 1 O autor sugere que o sofrimento deve ser tolerado em prol de um bem maior, uma vez que os prazeres da vida só são apreciados quando os perdemos ou quando passamos por momentos dolorosos.
- 2 O texto expressa, de modo irônico, o entendimento de que saúde, mocidade e liberdade são alegrias passageiras, que acabam tão logo começam a ser desfrutadas.
- 3 No terceiro período, a palavra “negativos” está empregada com o sentido de **contraproducentes**.
- 4 A substituição de “tornam-nos” (quinto período) por **tornamo-nos** manteria a coerência do texto, bem como sua correção gramatical.
- 5 No sétimo período, o vocábulo “cuja” está flexionado no feminino e no singular porque estabelece concordância com a palavra “dor”.

- 6 No penúltimo período, os dois-pontos foram empregados para introduzir uma citação que serve como argumento a favor da ideia central do texto.
- 7 O trecho “É por este motivo que todos os poetas são obrigados a colocar os seus heróis em situações cheias de ansiedades e de tormentos, a fim de os livrarem delas” (décimo período) poderia ser reescrito, sem prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto, da seguinte forma: **Este é o motivo por que os poetas são todos obrigados a inserir os seus heróis em situações repletas de ansiedades e tormentos, para que os livrem delas.**
- 8 No trecho “O aborrecimento dá-nos a noção do tempo; a distração tira-a.” (oitavo período), as formas pronominais “nos” e “a” poderiam ser ambas deslocadas para a posição proclítica, sem prejuízo da correção gramatical do texto.
- 9 No fragmento “o mais que se consegue fazer é distrair” (nono período), o termo “mais” classifica-se como advérbio e intensifica o sentido da forma verbal “consegue”.
- 10 No excerto “porque nada há que possa atingir um estado de alegria serena e durável” (nono período), o vocábulo “nada” integra o complemento direto da forma verbal que lhe é subsequente.

Espaço livre

Atualmente, a mulher madura enfrenta enormes desafios. Um deles é a carreira. Hoje, no Brasil, há mais de 55 milhões de pessoas com 50 anos ou mais de idade, dos quais a maioria são mulheres. Nessa fase da vida, boa parte das pessoas enfrenta dificuldade de ingresso — ou reingresso — no mercado de trabalho.

A despeito das políticas afirmativas nas empresas para a população mais madura, há uma lacuna crescente entre a necessidade de recolocação e o apetite das organizações para contratar pessoas pertencentes a esse segmento da sociedade. No caso das mulheres, o cenário é ainda mais desafiador, dado que a renda feminina, ao longo da vida profissional, é historicamente menor que a do homem, o que requer da mulher esforço adicional para o equilíbrio orçamentário e resulta em menor capacidade de poupança no longo prazo.

No mundo dos investimentos, o cenário é igualmente crítico. Pesquisa da Associação dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), mostra que atualmente 65% das mulheres com mais de 45 anos de idade não têm nenhum investimento financeiro. Quando pensam sobre aposentadoria, 18% delas desejam se aposentar antes dos 60 anos e a metade, entre 60 e 70 anos. Porém, impressiona o fato de 12% delas acreditarem que, com a aposentadoria, os recursos que as sustentarão virão do trabalho ativo. 65% dessas mulheres depositam as esperanças no INSS.

Esses números mostram que a independência financeira da mulher madura está longe de ser alcançada. Na equação em que as variáveis tempo e dinheiro são fundamentais, a escassez da primeira vai obrigatoriamente onerar a segunda.

Ana Leonil. A vida financeira na menopausa.
Internet: <valorinveste.globo.com> (com adaptações).

Considerando as ideias, a estrutura linguística e o vocabulário do texto precedente, julgue os próximos itens.

- 11 O sentido da palavra “onerar” (último período do texto) é, no contexto em que se insere, o mesmo de **potencializar**.
- 12 De acordo com o texto, o ingresso e o reingresso no mercado de trabalho são os principais problemas enfrentados, atualmente, no Brasil, pela população feminina madura.
- 13 Políticas afirmativas têm indiretamente acarretado o distanciamento cada vez maior entre a necessidade de recolocação da população com 50 anos ou mais de idade no mercado de trabalho e o interesse das organizações em contratar pessoas nessa faixa etária.
- 14 De acordo com o texto, é preocupante o fato de 65% das mulheres com mais de 45 anos de idade não ter nenhum investimento financeiro.
- 15 A substituição do segmento “menor que” (segundo período do segundo parágrafo) pelo vocábulo **inferior** prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 16 O período “Hoje, no Brasil, há mais de 55 milhões de pessoas com 50 anos ou mais de idade, dos quais a maioria são mulheres.” (terceiro período do primeiro parágrafo) poderia ser reescrito, com manutenção das ideias e da correção do texto, da seguinte forma: **A maioria das 55 milhões de pessoas com 50 anos ou mais de idade, que vivem hoje no Brasil, são mulheres.**
- 17 No último período do texto, os termos “primeira” e “segunda” remetem ao vocábulo “equação”.
- 18 A correção gramatical do texto seria preservada caso a forma verbal “enfrenta” (quarto período do primeiro parágrafo) fosse flexionada no plural — **enfrentam**.
- 19 O segmento “A despeito das” (primeiro período do segundo parágrafo) poderia ser substituído, mantendo-se o sentido original e a correção gramatical do texto, por **Malgrado as**.
- 20 No primeiro período do segundo parágrafo, o excerto “a esse segmento da sociedade” complementa o sentido do vocábulo “pertencentes”.

Julgue os itens subsequentes, de acordo com o que dispõe o Código de Conduta Ética e Disciplinar da FUNPRESPE-EXE.

- 21 Metade das vagas dos membros titulares da Comissão Ética e Disciplinar da FUNPRESPE-EXE é destinada aos candidatos mais votados, entre empregados ou servidores cedidos, via processo eleitoral a ser coordenado pela Diretoria-Executiva da fundação.
- 22 A condição de acionista de determinada empresa de capital aberto revelada por profissionais ou membros dos órgãos colegiados estatutários e regimentais da FUNPRESPE-EXE impede que esta realize operações comerciais e financeiras com aquela empresa.
- 23 As disposições do referido código aplicam-se aos profissionais da FUNPRESPE-EXE, isto é, a seus empregados, servidores cedidos e estagiários, bem como, no que couber, aos prestadores de serviços e fornecedores dessa fundação, no exercício de suas atividades.
- 24 É dever dos profissionais da FUNPRESPE-EXE fazer-se acompanhar de outro profissional ou membro dos órgãos colegiados estatutários e regimentais nas reuniões profissionais com pessoas ou empresas que tenham interesses negociais junto à fundação.
- 25 As proibições relativas a conflitos de interesses aplicam-se tanto ao patrocinador quanto aos participantes e aos assistidos que, nessas condições, realizarem operações com a FUNPRESPE-EXE.

Julgue os itens a seguir, em relação à integridade corporativa no âmbito da FUNPRESPE-EXE.

- 26 A diminuição da imprevisibilidade é um dos benefícios obtidos com a implementação do programa de integridade corporativa, que fornece segurança à governança da fundação.
- 27 Na elaboração do programa de integridade, deve-se trabalhar com o tratamento dos riscos, que não poderão apresentar variação quanto aos objetivos da fundação, a fim de se buscar uma resposta assertiva que impeça a ocorrência desses eventos.
- 28 Na implementação do programa de integridade corporativa, são avaliados os riscos de integridade, os quais estão relacionados à gestão da fundação, compreendendo a prestação de contas de seus dirigentes e a conformidade legal dos atos praticados.

A respeito das práticas ESG corporativas, julgue os itens que se seguem.

- 29 A implementação das práticas ESG deve ser ponderada de acordo com os benefícios que possam ser alcançados com a medida, levando-se em conta que essa prática necessariamente propicia aumento de custos operacionais, especialmente, em relação às ações de sustentabilidade ambiental.
- 30 Direcionado às práticas ESG no âmbito da FUNPRESPE-EXE, o Programa de Responsabilidade Ambiental e Social abrange ações relacionadas à promoção da diversidade e à capacitação sobre temas relativos ao consumo consciente dos colaboradores.

Em uma reunião da equipe de gestão de uma instituição em que se discute a implementação de uma nova política de trabalho remoto, um dos gestores apresenta o seguinte argumento:

Gestor 1: “Se adotarmos a política de trabalho remoto, os custos operacionais da empresa serão reduzidos significativamente. Além disso, as empresas concorrentes que já adotaram o trabalho remoto têm reportado aumento na satisfação dos funcionários, o que também deve ocorrer conosco. Assim, podemos concluir que o trabalho remoto será benéfico para a empresa em todos os aspectos.”

Outro gestor, porém, intervém e critica o argumento, da seguinte forma:

Gestor 2: “Acho que essa conclusão é exagerada e que o foco dessa análise deve ser mais detalhado. Sugiro que consideremos fatores adicionais, como o impacto na produtividade e a necessidade de adaptações tecnológicas, para que a decisão seja baseada em uma argumentação mais sólida.”

Em seguida, um terceiro gestor, em tom conciliador, apresenta a seguinte ponderação:

Gestor 3: “Apesar de reconhecermos os benefícios relatados por outras empresas, precisamos considerar o contexto específico da nossa organização, incluindo os desafios logísticos e culturais. Além disso, mesmo que o trabalho remoto seja adotado, nem todos os funcionários terão acesso às mesmas condições de trabalho em casa, o que pode criar desigualdades internas.”

Considerando essa situação hipotética e os argumentos apresentados pelos gestores 1, 2 e 3, julgue os seguintes itens.

- 31** A comunicação eficiente de argumentos exige que as conclusões e decisões sejam adaptadas ao contexto organizacional específico, como sugerido pelo gestor 3.
- 32** O argumento do gestor 1 é falacioso porque generaliza o benefício do trabalho remoto sem considerar premissas que suportem a conclusão de ele seria positivo ‘em todos os aspectos’.
- 33** A intervenção do gestor 2 utiliza o senso crítico ao sugerir que se realize uma análise detalhada, que inclua fatores adicionais, antes de se tomar uma decisão.
- 34** O argumento do gestor 1 é válido porque as experiências de empresas concorrentes fornecem evidências concretas de que os mesmos resultados podem ser alcançados em qualquer organização.
- 35** O argumento do gestor 3 incorre em uma falácia de apelo à emoção ao mencionar desigualdades internas como um possível resultado negativo da adoção do trabalho remoto.
- 36** A intervenção do gestor 3 reforça a argumentação crítica ao trazer elementos contextuais que podem afetar os resultados esperados pelo trabalho remoto.

Após a análise de dados de desempenho de funcionários de certa empresa, uma equipe de gestão chegou às seguintes conclusões:

- todos os funcionários que participam do programa de treinamento contínuo (T) alcançam metas de produtividade (P);
- alguns funcionários que atingem metas de produtividade (P) também participam de projetos de inovação (I);
- há funcionários que participam de projetos de inovação (I) mas não fazem parte do programa de treinamento contínuo (T).

Com base nas informações apresentadas na situação hipotética precedente, julgue os seguintes itens, relativos às relações entre os conjuntos T, P e I.

- 37** A lógica proposicional afirma que, se todos os funcionários que participam de T alcançam P, então a negação de T implica a negação de P.
- 38** O diagrama lógico que representa a relação entre T, P e I pode não mostrar interseções entre todos os três conjuntos.
- 39** É possível concluir que I implica P.
- 40** P é um subconjunto de T.

Espaço livre

Acerca dos regimes de previdência adotados pelo ordenamento jurídico brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 41 Tanto os servidores públicos vinculados aos entes federativos quanto os trabalhadores da iniciativa privada podem aderir aos planos de previdência mantidos por entidades abertas de previdência complementar (EAPC).
- 42 Todos os regimes próprios de previdência social instituídos pelas unidades federativas do Brasil podem definir as pessoas físicas que serão por eles seguradas.
- 43 O regime de previdência complementar dos servidores efetivos dos estados e dos municípios é operado por entidades de previdência complementar criadas por regimes próprios de previdência social dos respectivos entes federativos.
- 44 Os empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista criadas pelos estados e pelo Distrito Federal são segurados obrigatórios do regime próprio de previdência social da respectiva unidade federativa.

Com relação ao regime de previdência complementar no Brasil, julgue os itens que se seguem.

- 45 Todos os servidores públicos titulares de cargos efetivos dos órgãos da administração pública direta, indireta, autárquica ou fundacional do Poder Executivo federal são participantes obrigatórios dos planos de previdência complementar dos servidores públicos federais da FUNPRESP-EXE.
- 46 A FUNPRESP-EXE é uma entidade aberta de previdência complementar (EAPC), que, embora não tenha fins lucrativos, pode operar parte do seu faturamento em investimentos de ativos em aplicações financeiras.
- 47 As fundações de previdência complementar dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário têm personalidade jurídica de direito privado, mas a aquisição por elas de bens e serviços se submete à lei de licitações e contratos aplicada às pessoas jurídicas de direito público.

No que se refere à organização, à fiscalização e à supervisão da previdência complementar, julgue os próximos itens.

- 48 O órgão responsável pela fiscalização e supervisão das atividades das entidades fechadas de previdência complementar é a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).
- 49 O conselho deliberativo da FUNPRESP-EXE é o órgão máximo da sua estrutura organizacional, que é responsável pelos planos de benefícios por ela administrados e pela definição da política geral da sua administração.

Julgue os itens subsequentes, que apresentam, cada um, uma situação hipotética acerca de previdência complementar, na forma definida pelo ordenamento jurídico brasileiro, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 50 Valda foi admitida no cargo de analista da FUNPRESP-EXE, após ter sido aprovada em concurso público. Nesse caso, o vínculo jurídico funcional mantido entre Valda e a FUNPRESP-EXE é regulado pelo regime jurídico único dos servidores públicos federais.
- 51 Carlos é empregado de uma empresa privada, onde recebe salário de R\$ 25.000,00 mensais. Nesse caso, Carlos é considerado segurado obrigatório do regime geral de previdência social e poderá se filiar a um regime de previdência complementar aberto.

- 52 Em decorrência de vínculo funcional com o poder público federal, Gustavo se filiou como participante da FUNPRESP-EXE e, posteriormente, foi exonerado do cargo que ocupava a seu pedido. Nesse caso, a extinção do vínculo funcional de Gustavo com o poder público provoca a obrigatória extinção de seu plano de previdência complementar mantido com a FUNPRESP-EXE.

- 53 Após a análise da relação custo-benefício, determinada entidade fechada de previdência complementar pretende contratar um seguro específico para a cobertura de risco em planos de benefícios referentes a invalidez permanente e morte de participantes ou assistidos. Nesse caso, a entidade previdenciária fica impedida de formalizar esse tipo de contrato, visto que se trata de um serviço que deve ser prestado exclusivamente pela própria entidade previdenciária, sendo vedada a sua terceirização.

- 54 Flávia, servidora pública efetiva do Poder Judiciário federal há mais de dois anos e desde então segurada da Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais do Poder Judiciário (FUNPRESP-JUD), deseja se licenciar do cargo por um período de dois anos, sem remuneração, para tratar de interesses particulares. Nesse caso, Flávia não poderá manter o vínculo jurídico com o plano de benefícios da FUNPRESP-JUD enquanto permanecer licenciada do cargo.

- 55 Roberto é servidor público titular de cargo efetivo de uma autarquia vinculada ao Poder Executivo federal e recebe remuneração inferior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social. Nesse caso, Roberto poderá aderir ao plano de benefícios administrados pela entidade de previdência complementar dos servidores públicos federais do Poder Executivo, a FUNPRESP-EXE, sem que haja contrapartida por parte do patrocinador.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Julgue os itens a seguir, que versam sobre o registro de transações pelo sistema contábil das entidades em geral.

- 56** Os gastos destinados à geração interna de um ativo intangível, quando incorridos durante a fase de pesquisa, devem ser contabilizados como despesa.
- 57** A baixa definitiva de um item do ativo imobilizado cujo valor tenha sido integralmente depreciado deve ser efetuada por meio de um débito na conta do ativo imobilizado a ser baixado e um crédito em uma conta retificadora do ativo imobilizado a ser baixado.
- 58** As provisões que indiquem uma provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos devem ser reconhecidas a débito de uma conta de despesa e a crédito de uma conta de passivo.
- 59** Um ativo contingente cuja entrada de benefícios econômicos é tida como provável deve ser reconhecido contabilmente a débito de uma conta específica do ativo e a crédito de uma conta de receita.
- 60** A amortização de ativos intangíveis para cada período contábil costuma ser registrada como despesa, podendo, no entanto, ser incluída no valor contábil de outro ativo quando os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo intangível são absorvidos para a produção de outros ativos.
- 61** O ajuste a valor presente de um ativo de longo prazo implica o reconhecimento contábil de despesas em períodos futuros, provocando, em contrapartida, alterações no valor contábil do ativo sujeito ao referido ajuste.

Ainda sobre o registro de transações pelo sistema contábil das entidades em geral, julgue os itens que se seguem.

- 62** Deve-se reconhecer uma perda por desvalorização de um ativo imobilizado quando o seu valor contábil exceder o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.
- 63** Devem ser registrados contabilmente como despesas os gastos decorrentes da realização de testes destinados a verificar se o ativo imobilizado recém-adquirido está funcionando corretamente, e se o seu desempenho técnico e físico permite a sua utilização na produção de bens ou serviços.
- 64** Os ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado estão sujeitos à provisão para perdas de crédito esperadas, que será reconhecida quando não houver expectativa razoável de a entidade recuperar, total ou parcialmente, o valor contábil bruto dos referidos ativos.
- 65** Uma condição indispensável para o reconhecimento contábil de uma provisão que represente uma obrigação presente considerada provável é a possibilidade de se fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação.
- 66** O reconhecimento contábil da perda por desvalorização de ativos imobilizados não deverá afetar a despesa de depreciação dos referidos ativos em períodos futuros.
- 67** Um ativo intangível para o qual exista um compromisso de aquisição por terceiros ao final da sua vida útil provocará o reconhecimento contábil futuro de despesas de amortização em valores inferiores aos que seriam registrados caso tal compromisso não tivesse sido firmado.

Julgue os próximos itens, a respeito das demonstrações contábeis da entidade fechada de previdência complementar (EFPC), considerando o disposto na Instrução PREVIC n.º 31/2020.

- 68** As provisões passivas decorrentes de ações judiciais de natureza tributária devem ser classificadas no exigível operacional do balanço patrimonial consolidado da EFPC.
- 69** Na estrutura do balanço patrimonial consolidado elaborado pela EFPC, o ativo realizável desdobra-se nos seguintes grupamentos de contas: gestão previdencial, gestão administrativa e investimentos.
- 70** A EFPC deve elaborar os seguintes documentos, destinados ao registro contábil das suas atividades administrativas: a demonstração do plano de gestão administrativa (DPGA), por plano; e a DPGA, de forma consolidada.
- 71** A demonstração da mutação do patrimônio social da EFPC evidencia as movimentações que afetaram os recursos acumulados para fazer frente às obrigações dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa.
- 72** Devem compor as demonstrações contábeis consolidadas da EFPC os ajustes e as eliminações que se fizeram necessários à elaboração dos referidos documentos.
- 73** O exigível contingencial não deve ser considerado para fins de cálculo do ativo líquido a ser evidenciado na demonstração do ativo líquido da EFPC.

Ainda considerando o disposto na Instrução PREVIC n.º 31/2020, julgue os itens subsequentes, em relação às demonstrações contábeis da entidade fechada de previdência complementar (EFPC).

- 74** Na estrutura da demonstração do plano de gestão administrativa, o custeio da gestão administrativa representa o somatório das despesas efetuadas pela EFPC na sua gestão administrativa.
- 75** A reversão líquida de contingências – gestão previdencial deve ser apresentada como uma dedução na demonstração da mutação do patrimônio social da EFPC.
- 76** Na demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios, a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios providenciais administrados pela EFPC está contemplada no valor das provisões técnicas.
- 77** Os recebíveis decorrentes de empréstimos e financiamentos imobiliários concedidos a participantes dos planos de benefícios administrados pela EFPC representam ativos que devem ser classificados em investimentos, no balanço patrimonial consolidado da EFPC.
- 78** O equilíbrio técnico da EFPC deve ser apresentado no balanço patrimonial consolidado da referida entidade em um grupamento de contas específico do patrimônio social.

O departamento jurídico de determinada empresa prevê a perda de uma disputa judicial em que a organização é ré, o que implicará o pagamento de R\$ 250 milhões (estimativa confiável e material). Segundo ainda o departamento jurídico, caso essa previsão se confirme, o efetivo pagamento terá prazo incerto, pois depende do trâmite da ação no Judiciário.

Considerando que a situação hipotética precedente configura, conforme a NBC TG 25 (R2), um passivo contingente com mensuração confiável, julgue o próximo item.

- 79** A empresa não deve reconhecer uma provisão nem a despesa correspondente em suas demonstrações contábeis, cabendo-lhe somente divulgar um passivo contingente em nota explicativa, incluindo o seu saldo.

Julgue os itens a seguir, no que se refere a notas explicativas às demonstrações contábeis, com base no disposto na NBC TG 26 (R5).

- 80** As notas explicativas devem conter informações idênticas em relação às apresentadas nas demonstrações financeiras, de modo a reforçar a sua relevância.
- 81** Se a probabilidade de entrada ou saída de benefícios econômicos for baixa, as informações acerca da magnitude das possíveis entradas ou saídas, sua época possível e os fatores que afetam a probabilidade de sua ocorrência devem ser reportadas no relatório da administração.

Determinada empresa respondia por diversos processos judiciais em 31/12/2024, sendo os prazos incertos. Na tabela a seguir, são detalhados a natureza dos referidos processos, a probabilidade de saída de recursos, a mensuração e o valor estimado.

natureza do processo	probabilidade de saída de recursos	estimativa da mensuração	valor estimado (R\$)
garantias	possível	confiável	130.000
trabalhista	remota	confiável	80.000
cível	possível	confiável	120.000
fiscal	provável	confiável	500.000

A partir da situação hipotética apresentada, julgue os próximos itens.

- 82** De acordo com a NBC TG 25, o valor total de passivos contingentes que a empresa deve divulgar em seu balanço patrimonial como provisão é de R\$ 500.000.
- 83** De acordo com a NBC TG 25, o valor total de passivos contingentes que a empresa deve divulgar em suas notas explicativas é de R\$ 250.000.

Uma empresa apurou lucro no ano de 2023 e declarou que realizaria a distribuição dos dividendos em 1.º/2/2024. Em 1.º/3/2024, essa empresa aprovou e autorizou a emissão das demonstrações contábeis findas em 31/12/2023.

Com base nas informações apresentadas na situação hipotética precedente, julgue o item subsequente.

- 84** Os dividendos da referida empresa deveriam ser reconhecidos, conforme a NBC TG 24 e a NBC TG 26, no balanço patrimonial findo em 31/12/2023, mas reportados em notas explicativas ainda do balanço de 31/12/2024.

No que se refere a notas explicativas às demonstrações contábeis da entidade fechada de previdência complementar (EFPC), julgue os seguintes itens, com base na Instrução PREVIC n.º 31/2020.

- 85** O histórico, a data da avaliação, a identificação dos avaliadores responsáveis e os respectivos valores, bem como os efeitos no exercício, são os elementos mínimos a serem divulgados em nota explicativa do imobilizado e dos investimentos em imóveis.
- 86** As referidas notas explicativas devem ser elaboradas e aprovadas até 31 de março do exercício social subsequente ao ano de referência.
- 87** As informações que devem ser contempladas nas notas mencionadas devem, quando possível, ser segregadas apenas por plano de benefício.

À luz do disposto na Resolução CNPC n.º 43/2021, julgue os seguintes itens, a respeito da contabilidade de uma EFCP.

- 88** O livro diário, incluindo-se as demonstrações contábeis e notas explicativas, e o livro razão são os dois livros contábeis obrigatórios que uma EFCP deve apresentar.
- 89** As contribuições e os pagamentos de benefícios dos autopatrocinados e de participantes de planos de benefícios de instituidores podem ser registrados somente com base no regime de competência, sendo proibida a utilização de qualquer outro regime contábil distinto deste.

Acerca de retenção tributária e obrigações fiscais acessórias, julgue os itens a seguir, considerando a legislação pertinente em vigor.

- 90** A instituição do imposto de importação (II), do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) compete, respectivamente, à esfera municipal, estadual e federal do governo.
- 91** A declaração do imposto sobre a renda retido na fonte (DIRF) deve ser apresentada até as 23 h 59 min 59 s, horário de Brasília – DF, do último dia do mês de janeiro do ano subsequente àquele no qual o rendimento tiver sido pago ou creditado.
- 92** São obrigadas a apresentar a declaração do imposto sobre a renda retido na fonte (DIRF) as pessoas jurídicas de direito público que pagaram ou creditaram rendimentos em relação aos quais tenha havido retenção do imposto sobre a renda retido na fonte (IRRF), ainda que em um único mês do ano-calendário a que se referir a DIRF.
- 93** Os órgãos públicos, as autarquias e as fundações públicas devem apresentar a escrituração contábil digital (ECD).
- 94** Se a escrituração contábil digital (ECD) já autenticada de uma empresa deva ser substituída devido a cancelamento, então a empresa deve entregar, em anexo à ECD substituta, o termo de verificação para fins da substituição.
- 95** Uma entidade de classe profissional responsável por fiscalizar a profissão em determinado estado da Federação, uma sociedade em conta de participação bem como um microempreendedor individual patrocinador de um clube de futebol local são obrigados a apresentar a declaração de débitos e créditos tributários federais.
- 96** Empresa que seja extinta em 14/4/2025 deverá apresentar sua escrituração contábil fiscal até o último dia útil do mês de julho de 2025.
- 97** As fundações públicas devem apresentar a escrituração contábil fiscal.
- 98** Pessoas jurídicas de direito público interno devem apurar a sua contribuição para o PIS/PASEP mensalmente com base no valor mensal das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas.
- 99** As vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos não são excluídos para fins de apuração da base de cálculo da COFINS.

Julgue os itens a seguir, que abordam questões orçamentárias da entidade fechada de previdência complementar (EFPC).

- 100** O conselho deliberativo, ou outra instância estatutária competente da EFPC, na aprovação do orçamento anual, deve definir as fontes de custeio administrativo que deverão estar previstas no plano de custeio da entidade.
- 101** A Resolução CNPC n.º 48/2021 estabelece a necessidade de elaboração de orçamento anual e plurianual, que deve ser elaborado pela diretoria executiva da EFPC.
- 102** A peça orçamentária da EFPC deve indicar, no mínimo, as fontes de custeio administrativo, as estimativas de receitas administrativas, as projeções de despesas administrativas para determinado período, bem como os montantes das provisões matemáticas de benefícios concedidos e de benefício a conceder.
- 103** O conselho fiscal da EFPC deve se manifestar, no mínimo semestralmente, sobre a execução orçamentária da gestão administrativa da entidade.

Uma entidade fechada de previdência complementar (EFPC) tem, em sua carteira de investimentos, um imóvel, registrado como de uso próprio, que vai ser colocado à venda devido à reestruturação da entidade, bem como em atendimento à Resolução n.º 4.994/2022, do Conselho Monetário Nacional, que estabelece a necessidade de venda dos imóveis dessas entidades.

Diante dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 104** No caso de venda a prazo do respectivo imóvel, a EFPC deve contabilizar os encargos respectivos nas contas de rendas/variações positivas.
- 105** Enquanto o referido imóvel não for vendido, a EFPC não necessita registrar os aluguéis como despesas do plano de gestão administrativa.
- 106** Para proceder à venda do referido imóvel, a EFPC necessita de, pelo menos, dois laudos técnicos de avaliação prévios à alienação do imóvel, elaborado de acordo com as normas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Julgue os itens que se seguem, a respeito de registros contábeis de investimentos relacionados à entidade fechada de previdência complementar (EFPC).

- 107** A EFPC deve contabilizar a aquisição de ativos de renda fixa pelo valor efetivamente desembolsado, sendo o ágio ou o deságio evidenciado em controles auxiliares. Os ativos de renda variável devem ser contabilizados pelo custo de aquisição, reconhecendo os custos de transação, como corretagens e outras taxas incidentes, a débito de deduções/variações negativas.
- 108** Em relação aos ativos de renda variável, a EFPC deve proceder aos registros das diferenças apuradas entre o valor contábil e o respectivo valor de mercado em conta analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida rendas/variações positivas ou deduções/variações negativas, não se admitindo a compensação entre as diferenças apuradas.
- 109** Em suas operações com derivativos, a EFPC deve efetuar os registros contábeis na aquisição ou alienação em operações a termo pelo valor de cotação no mercado a vista, assim como as parcelas a receber ou a pagar devem ser ajustadas a valor presente com base na taxa do contrato.
- 110** Ao conceder empréstimos ou financiamentos imobiliários aos seus participantes e assistidos, a EFPC deve contabilizar o provisionamento, em conta analítica no grupo de contas Operações com participantes, das parcelas descontadas mensalmente dos participantes e assistidos pelos patrocinadores e não repassadas à EFPC nos prazos estabelecidos.

- 111** Os gastos com folha de pagamento e encargos do corpo técnico da área de investimentos da EFPC podem ser considerados como despesas diretas de investimentos.

- 112** A EFPC, atualmente, ao adquirir um título privado, pode classificá-lo na categoria de títulos mantidos até o vencimento.

No tocante ao fundo administrativo, julgue os itens seguintes.

- 113** Os planos de benefícios possuem participação no fundo administrativo do plano de gestão administrativa, quando positivo.

- 114** No balancete de planos de benefícios, é dispensável o registro da participação do respectivo plano de benefício no fundo administrativo compartilhado, constituído com a finalidade específica de cobertura de gastos com prospecção, elaboração, implantação e fomento de plano de benefícios do plano de gestão administrativa.

Julgue os itens subsequentes, considerando que, no registro contábil das provisões, as entidades fechadas de previdência complementar (EFPCs) devem observar o disposto nas resoluções CNPC n.º 43/2021 e PREVIC n.º 23/2023.

- 115** Todas as EFPCs devem constituir provisão para cobrir possíveis perdas de direitos creditórios e de investimentos, assim como, para as demais provisões de caráter contingencial, devem observar as normas brasileiras de contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

- 116** De acordo com a legislação atual vigente, as provisões para perda são efetuadas sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos, determinada em função do tempo de atraso no recebimento do valor principal, de parcela ou de encargos.

- 117** É permitido o reconhecimento de receitas de qualquer natureza, no resultado do período, relativas a ativos financeiros que apresentem atraso inferior a noventa dias, no pagamento de parcela de principal ou de encargos.

- 118** Ao baixar contabilmente um determinado ativo financeiro, uma EFPC deve manter controles auxiliares até ser decidido em contrário pelo órgão de governança competente da entidade ou até que estejam esgotados todos os meios de cobrança judicial ou extrajudicial, devendo a EFPC observar o prazo mínimo de cinco anos para manutenção do referido registro auxiliar.

- 119** O ativo financeiro baixado contabilmente, quando recuperado, deve ter os ganhos auferidos apropriados ao resultado assim que for acordado entre as partes, independentemente do efetivo recebimento.

Julgue o item a seguir, em relação à elaboração e ao envio dos documentos contábeis, à luz da legislação vigente.

- 120** As EFPCs têm que elaborar mensalmente os balancetes do plano de benefícios, do plano de gestão administrativa e do consolidado e enviá-los até o último dia do mês subsequente ao trimestre de referência. Os planos de benefícios estruturados na modalidade de contribuição variável, cujos saldos contábeis sejam nulos nas contas de benefício definido do grupo de contas das provisões matemáticas, podem ter seus balancetes elaborados e enviados trimestralmente.